
OAB diz que advogado morto foi vítima de execução

A OAB de São Paulo considera que o advogado criminalista Márcio Roberto Campos, morto na quinta-feira (25/9) em Osasco, foi vítima de execução. Em reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo* desta segunda-feira (29/9) e assinada pelo jornalista André Caramante, a seccional paulista afirma que vai pedir apuração da morte do advogado.

De acordo com a reportagem, Campos advogava havia cinco anos e, no ano passado, acusou policiais militares dos batalhões 14º e 42º, de Osasco, de formarem um grupo de extermínio chamado Eu Sou a Morte. “Pela maneira como ele foi morto, pela quantidade de tiros e por ter atuado nesse caso em que PMs são investigados por formar um grupo de extermínio, acreditamos que a morte dele foi, sim, uma execução”, disse Marco Aurélio Vicente Vieira, presidente da Comissão Especial de Acompanhamento de Inquéritos dos Advogados Vítimas de Homicídio, da OAB de São Paulo.

De acordo com Vieira, entre janeiro de 2004 e setembro, 29 advogados foram assassinados no estado de São Paulo. Neste ano, foram três vítimas. “Só percebemos ligação [da morte] com a profissão nesse caso de Osasco”, disse.

Há um ano, a *Folha* revelou a existência do grupo de matadores. Trinta assassinatos são investigados como cometidos por seus integrantes. À época, a PM afastou das ruas 20 policiais da Força Tática. Dois foram presos. Um deles foi o soldado Fábio Fernando de Santana Saviolo, do 42º Batalhão. Ele teve um telefone celular apreendido no local onde três pessoas foram baleadas. O advogado Campos ajudou os baleados a entregar o aparelho à Polícia Civil. Saviolo sempre negou integrar o grupo e ter ligação com os baleados.

O comandante-geral da PM, coronel Roberto Antonio Diniz, informou em nota: “A morte do advogado deve ser apurada por inquérito policial em Osasco” e, “pelo que se apurou até o momento, nada há que indique a existência de um ‘grupo de extermínio’ formado por PMs”.

Procurados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o secretário da Segurança Pública da gestão de José Serra (PSDB), Ronaldo Marzagão, e o delegado-geral da Polícia Civil, Maurício José Lemos Freire, não se manifestaram sobre a possibilidade de “execução”.

Date Created

29/09/2008